



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

**EMENDA Nº - CCJ**  
(à PEC nº 45, de 2019)

Dê-se ao art. 9º da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, a seguinte redação

“Art. 9º .....  
§ 1º .....  
.....  
X – energia elétrica oriunda de fontes renováveis.  
.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda promove alterações na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, com o objetivo de atribuir à energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis, no novo texto constitucional, carga tributária equivalente à atual, tendo em vista que se trata de um dos principais insumos para o desenvolvimento econômico, para o aumento do nível de qualidade de vida de qualquer sociedade, para a transição energética e o atingimento das metas ambientais. Também vale destacar que é pressuposto da reforma pretendida a ausência de majoração de carga tributária.

Ainda, quanto maior a oferta de energia, especialmente de energia limpa, renovável e barata, melhor será o desempenho econômico de um país e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma vez que há uma correlação direta entre o consumo de energia elétrica, qualidade de vida da população em geral e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Diante da essencialidade da oferta de energia elétrica e da sua relação com o desenvolvimento econômico, uma forma eficaz de impulsionar

o crescimento do PIB é incentivar e criar meios para que a oferta de energia elétrica aumente.

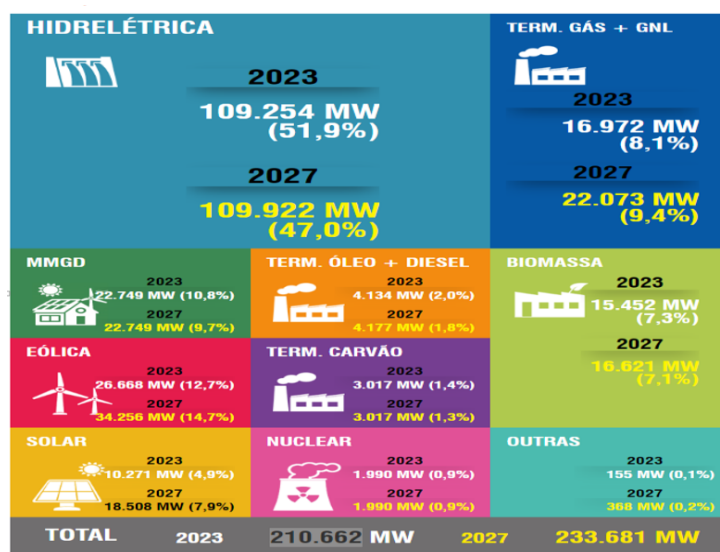
Outra razão que justifica a previsão de tratamento tributário diferenciado para as operações com energia elétrica oriunda de fontes renováveis é o seu impacto ao meio ambiente, o que, segundo a Constituição Federal e acordos internacionais do qual o Brasil faz parte, deve ser levado em consideração para fins de adoção de condutas a incentivar o consumo de produtos sustentáveis.

O Brasil é sabidamente uma das maiores potências energéticas mundiais, principalmente em relação a fontes renováveis, como, por exemplo, solar, eólica e hidráulica.

De acordo com o Relatório Síntese do “Balanço Energético Nacional – BEN 2023” da EPE (disponível em [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topico-681/BEN\\_S%C3%ADntese\\_2023\\_PT.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-748/topico-681/BEN_S%C3%ADntese_2023_PT.pdf)), em 2022, a participação das fontes renováveis na matriz elétrica brasileira atingiu 87,9%, quase 10% a mais do que a relação verificada em 2021 (disponível em <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2022>).

A geração solar fotovoltaica, por exemplo, atingiu, em 2022, 30,1 TWh (unidade de medida da energia equivalente a 1000 GWh (Gigawatt-hora), ou seja, um bilhão de kWh (kilowatt-hora), crescendo 79,89% em relação ao ano anterior.

Atualmente, a capacidade total de energia elétrica brasileira, é de 210.662 megawatts (“MW”), distribuída da seguinte forma:



Fonte: PNM Setembro/2023. No momento, o valor de MMGD exibido neste painel dinâmico não leva em conta a expansão atualmente em curso. O número apresentado refere-se à capacidade instalada em M-2, conforme a metodologia em vigor, até que a expansão seja devidamente incorporada.

Como se observa, portanto, a matriz energética brasileira é bastante diversificada, com ênfase em fontes renováveis, sendo que as fontes de energia que mais crescem no País são a solar e a eólica, com projeções de crescimento importante nos próximos anos. Para tanto, é imprescindível que a carga tributária atual não seja majorada pela PEC nº 45, de 2019.

Nesse contexto, uma vez que as energias renováveis (i) contribuem decisivamente para a descarbonização da economia; e (ii) têm grande capacidade de atração de investimentos nacionais e internacionais, geração de empregos e arrecadação fiscal, como já indicado acima; tais energias poderão ser o *hub* de desenvolvimento sustentável da economia brasileira.

Trata-se também de um compromisso internacional assumido pelo Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da resolução *Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS – disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>), o Objetivo 7 é justamente relacionado à garantia de acesso de energia renovável:

**Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos**

**7.1** Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

**7.2** Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

**7.3** Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

**7.a** Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa

**7.b** Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio

Daí porque é importante que as alíquotas do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de

competência da União, incidentes sobre as operações com energia elétrica oriunda de fonte renovável sejam reduzidas em 60% (sessenta por cento), nos termos do § 1º, do art. 9º, da PEC nº 45, de 2019.

Sala da Comissão,

Senadora MARA GABRILLI